

**EDcl no AgRg na PetExe nos EDcl nos EDcl no AgRg no RECURSO
ESPECIAL Nº 1.449.193 - CE (2014/0091750-6)**

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
EMBARGANTE : FRANCISCO DEUSMAR DE QUEIROS
EMBARGANTE : JERÔNIMO ALVES BEZERRA
EMBARGANTE : GERALDO DE LIMA GADELHA FILHO
EMBARGANTE : IELTON BARRETO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA E OUTRO(S) -
DF021932
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. **CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO. POSSIBILIDADE DE EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO.** EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. EVOLUÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF. OMISSÃO NO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. INVIABILIDADE.

Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, à conta de omissão no v. acórdão embargado, pretende o embargante a rediscussão da matéria já apreciada.

Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Joel

Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Felix Fischer

Relator

